



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

ISSN ELETRÔNICO 2316-3801

ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SERGIPE: TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO E PRÊMIO PAGO PELO NÍVEL DE INSTRUÇÃO (2000 – 2009)

Ihanmarck Damasceno dos Santos²

RESUMO

A demanda das pessoas por ensino superior e do mercado de trabalho por pessoas com diplomas de nível superior são características de uma economia em crescimento. Este artigo faz uma abordagem da relação entre a ampliação do acesso a educação superior, a formação de capital humano, crescimento econômico, geração de empregos e o prêmio pago pelo nível de instrução. A partir de uma análise quantitativa, descritiva, exploratória e documental procura-se delinear a contribuição do ensino superior em Sergipe para o desenvolvimento do estado.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior. Capital Humano. Emprego Formal. Taxa de Escolarização.

ABSTRACT

The people demand for higher education and the labor market for people with higher education diplomas are the characteristics of a growth economy. This paper brings an approach of the relation between the expansion of access to higher education, the human capital formation, economic growth, employment generation and the premium paid for the education level. From a quantitative analysis, descriptive, exploratory and documentary and documentary tries to outline the contribution of the higher education in Sergipe to the development of the state.

KEYWORDS

Higher Education. Human Capital. Formal Employment. Schooling Rates.

RESUMEN

La demanda de la gente para la educación superior y el mercado laboral de las personas con diplomas de educación superior son característicos de una economía en crecimiento. Este artículo es una aproximación a la relación entre la expansión del acceso a la educación superior, la formación de capital humano, el crecimiento económico, creación de empleo y la prima pagada por la escuela. A partir de un análisis cuanti-

tativo, descriptivo, exploratorio y documental trata de esbozar la contribución de la educación superior para el desarrollo del estado de Sergipe.

PALABRAS CLAVE

Educación Superior. Capital Humano. Empleo Formal. Las Tasas de Escolarización.

1 INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI foi marcada pela evolução da economia brasileira a partir do crescimento do PIB brasileiro, da geração de empregos, redução da desigualdade de renda e ampliação do acesso a educação superior.

Para Barbosa Filho e Pêsoa (2009, p. 65), a educação teve papel central na redução da desigualdade. 20% a 40% da queda de do índice Gini no período entre 2001 e 2005 pode ser explicada pela contribuição do mercado de trabalho, onde 2/3 destes correspondem aos prêmios pagos pela educação e 1/3 à redução da desigualdade educacional. Mostra ainda que, se houver elevação da escolaridade, deve ocorrer elevação da renda per capita ou ainda do PIB per capita. No Brasil o retorno do investimento sobre a educação é bastante elevado, sendo superior aos 10% ao ano.

Entre 2001 e 2003, o aumento médio do PIB brasileiro foi de 1,7%, e o crescimento total do emprego formal foi de 12,6%, o que significa uma expansão média anual de 4,2%. Já entre 2004 e 2008, período em que o PIB cresceu em média 4,7%, o emprego formal aumentou 33,5%, e o crescimento médio anual do emprego formal foi de 5,9% (DIEESE, 2012). Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio) entre 2001 e 2009, a renda per capita média brasileira subiu 23,7% em termos reais, e a desigualdade de renda medida pelo índice Gini caiu entre

todas as sucessivas PNADs do período (NERI, 2011, p. 14).

Para Demo (2009), o papel da educação é fundamental para o desenvolvimento de oportunidades. É um meio consistente de acesso a postos de trabalho mais bem remunerados e também um meio que permite aos indivíduos criarem suas próprias oportunidades, negando dessa forma a permanência na pobreza e/ou a dependência das redes de assistência social.

A percepção da educação superior como estratégia de mobilidade social e como fator de desenvolvimento das regiões brasileiras ganha força com o maior acesso ao ensino superior, tendo forte embasamento na teoria do capital humano¹.

À vista disso, o texto em tela está dividido em duas partes, visando descrever a contribuição do ensino superior para o desenvolvimento regional do estado de Sergipe na primeira década dos anos 2000. A primeira parte traz o crescimento da oferta de educação superior gerando maior acesso ao sistema e inclusão de jovens de 18 a 24 anos neste nível de ensino. A segunda busca correlacionar a maior escolaridade no estado a evolução de alguns indicadores sociais e econômicos. Para tanto, foram utilizadas as bases de dados do INEP, DIEESE, IPEA, IBGE, Pnad, RAIS e CAGED, numa abordagem quantitativa, descritiva, exploratória e documental.

2 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE

A noção de que o acesso a educação superior é importante para o desenvolvimento das regiões, é antiga. O entendimento de que o *déficit* educacional brasileiro é um importante obstáculo ao progresso do País vem se, tornando um ponto de consenso entre importantes formadores de opinião. Para Nunes (2012, p. 166),

Do ponto de vista estratégico-pedagógico, [...] é urgente debater nossa concepção de ensino superior frente à complexidade material e processual do mundo presente, e ante os desafios que o país precisará enfrentar na qualificação de seus recursos humanos.

Os desafios relacionados à ampliação do acesso ao ensino superior ganharam destaque pela crescente demanda do mercado por profissionais com nível superior no início deste século e, também, pelas baixas taxas de escolarização bruta e líquida² da população entre 18 e 24 anos.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de 2000 a 2009, o número de alunos matriculados no ensino superior brasileiro cresceu 89,88%, chegando a 5,12 milhões de matrículas. Este crescimento expressivo também é observado no estado de Sergipe entre 2000 e 2009.

Tabela 1: Número de Instituições de Educação Superior – Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sergipe	5	5	6	9	11	12	14	14	14	15

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A Tabela 1 descreve o aumento do **número de Instituições de Educação Superior entre os anos 2000 e 2009 no estado de Sergipe**. Entre 2002 e 2003 observa-se o incremento de mais três instituições em um único ano, fato que não se verifica em outro momento na década considerada nesta pesquisa. Por ou-

tro lado, de 2006 a 2008 nenhuma **Instituição surgiu em Sergipe**, sendo criada em 2009 mais uma IES. Acontece uma desaceleração na evolução do número de IES no estado a partir do ano de 2004, uma vez que das quinze IES existentes onze (73,33%) já existiam nos primeiros quatro anos da década.

Tabela 2: Número de cursos de graduação presencial – Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sergipe	134	138	144	141	141	160	183	206	195	223

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A Tabela 2 apresenta o crescimento do número de cursos de graduação presencial no estado, com exce-

ção do comportamento diferenciado entre os anos de 2002/2003 e 2007/2008, momentos de diminuição no

quantitativo de cursos ofertados no estado de Sergipe. Destaque para 73 cursos novos que surgiram entre os anos de 2005 e 2009, o que representa 33,18% do total de cursos existentes até 2009. Um comportamento

diferente do verificado na Tabela 1, pois o aumento do número de IES não se acentua no final da década como se verifica com o número de cursos.

Tabela 3: Número de vagas oferecidas - Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sergipe	6.055	6.862	8.730	9.560	12.064	13.737	15.692	15.545	19.256	19.904

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A Tabela 3, apresenta a consequência do crescimento apresentado nas análises anteriores da evolução do número de IES e cursos, o aumento da oferta de vagas. Um crescimento de 228,72% entre os anos 2000 e 2009. Destaque para o aumento de vagas em dois períodos, de 2003 para 2004 (2504 vagas novas) e de 2007 para 2008 (3711 vagas a mais). A Tabela revela ainda que a diminuição de 11 cursos ofertados entre os anos de 2007 e 2008 – Tabela 2 – não afetou o crescimento do quantitativo de vagas. A diminuição no quantitativo de cursos em nada comprometeu a oferta da Educação Superior no estado de Sergipe neste período, pelo menos em quantidade.

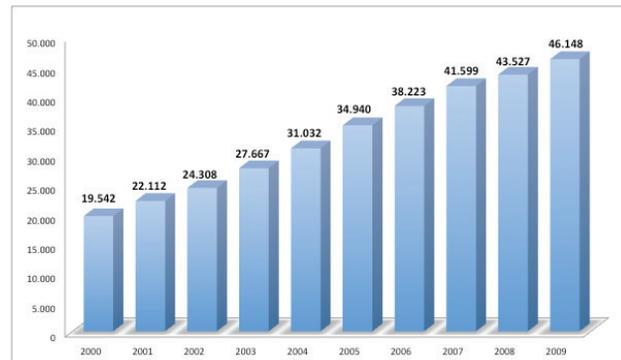
A ampliação das oportunidades de acesso à educação superior em Sergipe na década em apreciação representou um importante momento para população sergipana. A análise das Tabelas 1, 2 e 3 demonstram que entre 2000 e 2009 o número de Instituições cresceu 200%, houve uma diversificação de cursos oferecidos com um crescimento 66,41% saltando de 134 para 223 cursos com uma oferta total em 2009 de 19.904 vagas anuais, triplicando o número de vagas ofertadas em 2000.

Este crescimento foi resultado de importantes políticas de incentivo à oferta e a demanda por educação superior implantadas pelo Governo Federal durante a gestão dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003/2010). No governo Lula a política educacional para o ensino

superior é reforçada em 2004 com a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI. Estas políticas tinham como foco a oferta de ensino noturno para alunos trabalhadores, interiorização do ensino superior, formação de capital humano e incremento das taxas de escolarização bruta e líquida.

No recorte temporal analisado podemos observar na Figura 1 que o número de alunos matriculados no ensino superior ofertado no estado de Sergipe passa de 19.542 alunos para 46.148, um incremento de 136,15%, acompanhando a tendência de crescimento da região Nordeste (133,38%) apresentada na Tabela 4 num ritmo superior a média nacional.

Figura 1: Número de matrículas ensino superior - Sergipe (2000-2009)



Fonte: Ministério da Educação (MEC) – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Tabela 4: Número de matrículas em instituições de Educação Superior - Brasil, Nordeste, Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	2.694.245	3.030.754	3.479.913	3.887.022	4.163.733	4.453.156	4.676.646	4.880.381	5.080.056	5.115.896
Nordeste	413.709	460.315	542.409	624.692	680.029	738.262	796.140	853.319	912.693	965.502
Sergipe	19.542	22.112	24.308	27.667	31.032	34.940	38.223	41.599	43.527	46.148

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Embora o incremento de matrículas tenha sido substancial no período diante da oferta de novas IES, cursos e vagas, podemos observar a partir do cruzamento de dados do INEP e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE para população de 18 a 24 anos que o sistema de ensino superior no estado continua atendendo a poucos, sendo voltado para a elite. Para Trow (1973) citado por Magalhães (2004, p. 74) existem:

[...] três modelos de ensino superior de *elite*, de *massas* e *universal* da seguinte forma: os sistemas de *elite* são aqueles que integram até 15% da coorte da idade em consideração – entre os 18 e os 24 anos; sistemas de *massas* são aqueles que integram entre 15% e 40% da coorte de idade; e sistemas *universais* aqueles que integram mais de 40% dessa população.

A Unesco (2001) destaca que o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado através da Lei Nº 10.172, de 09.01.2001 já diagnosticava a necessidade de desenvolvimento das matrículas no ensino superior brasileiro em função de fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho e das políticas

de melhoria do ensino médio, prevendo desta forma uma explosão na demanda por educação superior. Neste sentido, o PNE tinha como uma de suas metas atender até o final da primeira década do século XXI, a oferta de educação superior para pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos.

Embora, possamos observar significativa expansão no atendimento do ensino superior a Tabela 5 demonstra que a ambiciosa meta do PNE 2001/2010 não seria alcançada sequer pela taxa de escolarização bruta para o estado de Sergipe é inferior quando comparadas aos valores da região Nordeste e Brasil. A taxa bruta aqui apresentada considera o total de matrículas (todas as idades) no nível de ensino indicado com a população na faixa etária adequada esse nível, 18 a 24 anos (Tabela 6).

Neste sentido, podemos concluir que a taxa de escolarização líquida (Tabela 7) para o ensino superior em Sergipe era inferior a 15% em 2009, configurando um sistema de ensino superior elitista.

Tabela 5: Taxa de Escolarização Bruta na Educação Superior - Brasil, Nordeste, Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil	15,1	16,6	18,6	18,6	19,9	22,6	24,3	25,5	26,7	
Nordeste	9,1	9,5	10,9	11,1	11,9	14,3	15,9	16,9	18,4	
Sergipe	8,75	8,95	10,17	11,56	12,44	13,48	14,29	15,3	15,93	

Fonte: IBGE/Pnad; MEC/Inep; elaboração própria.

Tabela 6: População residente, idade entre 18 e 24 anos - Sergipe (2001/2009)

Nível Geográfico	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Sergipe</i>	252.754	271.544	271.976	268.332	280.759	283.512	291.081	284.540	289.701

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2001-2009.

Tabela 7: Taxa de Escolarização Líquida na Educação Superior - Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	8,90%	9,80%	10,60%	10,50%	11,20%	12,60%	13,10%	13,70%	14,40%
Nordeste	5,10%	5,10%	5,80%	5,90%	6,10%	7,10%	7,70%	8,30%	9,40%
Sergipe	6,07%	5,52%	6,63%	7,75%	8,84%	10,26%	9,99%	13,48%	14,90%

Fonte: IBGE/Pnad; MEC/Inep; elaboração própria.

3 FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO E INDICADORES ECONÔMICOS

O aumento da base de jovens qualificados gera reflexos positivos sobre o desenvolvimento dos estados a partir do atendimento das exigências de mão de obra qualificada das atividades econômicas locais, por meio do aumento da produtividade do indivíduo e, conseqüentemente, nos seus rendimentos. As pessoas com maior escolaridade ganham, em média, rendimentos maiores àquelas que apresentam uma escolaridade menor, quando são comparadas pessoas com a mesma idade. Esta argumentação é o fundamentada pela Teoria do Capital Humano formulada por Theodore Schultz (1961) e Gary Becker (1964).

Maior escolaridade, maior produtividade, um maior salário. Como apresenta Cabrito (2002, p. 35) que afirma que:

As teorias para Becker (1964) Schultz (1961) e um grande conjunto de outros, assumem que os indivíduos racionais tentarão investir em educação até o ponto em que os retornos que receberão em consequência

desse investimento em termos de rendimento adicional forem iguais aos custos realizados para obterem mais educação, incluindo o rendimento perdido enquanto se encontravam a estudar.

De maneira semelhante em estudos da década de 1970, Langoni (1974, p. 70) correlacionou a importância da educação na capacidade individual de geração de renda no mercado de trabalho e estabeleceu a forte ligação que há no Brasil entre desigualdade educacional e desigualdade de renda.

Ao longo da década passada presencia-se a relação entre produção e o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, expansão dos empregos e melhor acesso a educação demonstrada, dentre outras formas, pela ampliação das matrículas no ensino superior no Brasil, e em nosso objeto de estudo, o menor estado da região nordeste - Sergipe. Segundo Melo (2012) em Sergipe o emprego formal cresceu a taxas superiores a média brasileira entre 2000 e 2010. O emprego com

carteira assinada passou de 206.054 para 369.579, um incremento de 79% e média anual de 6,0%. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH para o estado em 2000 era 0,682 (5º lugar no ranking NE) e passa em 2007 para 0,770 a 1ª posição no ranking regional. O estado apresenta ainda a liderança na região quanto ao PIB *per capita* e a taxa de urbanização (83,4%), bem como ocupa a 2ª melhor esperança de vida da região, 71,3 anos (IBGE, 2010).

As Tabelas 8, 9 e 10 apresentam para o estado de Sergipe a evolução do PIB, PIB *per capita* e do número de concluintes (mão de obra qualificada) nos cursos de graduação ofertados. É interessante verificar que os três tópicos analisados apresentaram crescimento relevante no período.

Tabela 8: Produto interno bruto a preços correntes (em bilhões de reais) - Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Sergipe</i>	6,5	8,0	9,5	10,9	12,2	13,4	15,1	16,9	19,6	19,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Produto Interno Bruto (PIB), 2000-2009.

Tabela 9: Produto interno bruto per capita a preços correntes (em unidade de real) Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Sergipe</i>	R\$ 3.626	R\$ 4.368	R\$ 5.060	R\$ 5.718	R\$ 6.289	R\$ 6.824	R\$ 7.559	R\$ 8.712	R\$ 9.779	R\$ 9.787

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Produto Interno Bruto (PIB), 2000-2009.

Tabela 10: Número de concluintes em cursos de graduação nas instituições de Educação Superior - Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Sergipe</i>	1.511	1.909	3.481	3.238	3.785	4.752	5.298	7.134	6.359	5.573

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ao todo entre 2000 e 2009 foram formados 43.040 profissionais com nível superior no estado. No mesmo período foram gerados em números absolutos 34.918 novos postos de trabalho para trabalhadores que possuem como grau de instrução o nível superior completo (Tabela 11). Com alguns ajustes percebe-se

que para cada 10 profissionais formados o mercado absorveu aproximadamente nove. Observamos então a complementaridade entre a demanda da população por ensino superior e a demanda do mercado de trabalho por pessoas com diploma de nível superior.

Tabela 11: Estoque de emprego formal, segundo o grau de instrução do trabalhador, Sergipe (2000/2009).

Grau de Instrução	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Superior Completo	26.464	27.882	32.019	36.914	38.687	42.073	47.340	52.988	53.501	61.382

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2000-2009. Dados sistematizados, 2013.

A Figura 2 e Tabela 12 demonstram que para o período aqui em discussão, o prêmio pago para pessoas que possuem nível superior foi aproximadamente três vezes maior do que para quem possui apenas o ensino médio.

Na mesma rota, verifica-se que na primeira década do século XXI a remuneração dos profissionais de nível superior teve um crescimento real de 16,68% contra 6,61% daqueles que tem apenas o ensino médio.

Tabela 12: Remuneração¹ média² no emprego formal, segundo o grau de instrução do trabalhador, Sergipe (2000/2009)

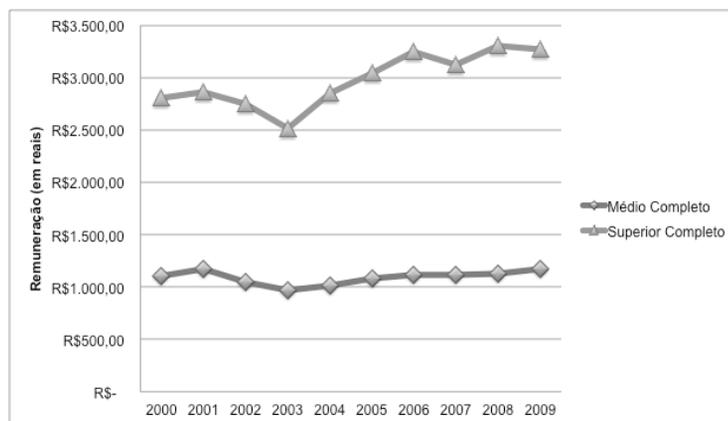
Grau de instrução	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Médio Completo	R\$1.103,96	R\$1.167,55	R\$1.047,59	R\$ 965,10	R\$1.016,18	R\$1.079,30	R\$1.120,69	R\$1.116,59	R\$1.127,41	R\$1.176,87
Superior Completo	R\$2.804,54	R\$2.869,32	R\$2.748,10	R\$2.517,05	R\$2.853,14	R\$3.046,48	R\$3.246,74	R\$3.124,46	R\$3.306,51	R\$3.272,41

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2000-2009. Dados sistematizados, 2013.

(1) Remuneração a preços de 12/2009, corrigido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE).

(2) Valores com referência em 31/12, desconsiderando os trabalhadores com remuneração igual a zero.

Figura 2: Remuneração¹ média² no emprego formal, segundo o grau de instrução do trabalhador, Sergipe (2000/2009)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2000-2009. Dados sistematizados, 2013.

Remuneração a preços de 12/2009, corrigido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE).

Valores com referência em 31/12, desconsiderando os trabalhadores com remuneração igual a zero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação dos resultados do maior acesso a educação superior é um processo complexo e na maioria das vezes difícil de mensurar a curto prazo. Tendo como recorte espacial e de tempo o estado de Sergipe na primeira década do século XXI, o presente artigo, traçou um cenário baseado numa abordagem quantitativa e na teoria do Capital Humano. Esta, a princípio, apresenta uma relação positiva entre maior escolaridade, crescimento do estoque de empregos formal para o nível superior e maior remuneração. Todavia, tal aspecto, também preocupa este autor ao ressaltar a necessária inclusão de maior número de jovens entre 18 e 24 anos neste nível de ensino. Esta análise é fundamental para condução e desenvolvimento de políticas públicas educacionais.

Embora exista uma correlação clara entre educação e o desenvolvimento social e econômico de uma região, é relevante citar que este estudo não avaliou a

diferenças impostas pelos empregadores quando considerada questões de etnia, sexo e cor.

É importante destacar, também, que as Instituições de ensino superior contribuem para o desenvolvimento regional não só com a formação e qualificação de capital humano, mas também com progresso tecnológico e científico. E, ainda, como com o impacto econômico destas instituições por meio dos gastos com pagamento de funcionários, compra de produtos e serviços locais, incremento na arrecadação nos municípios e demanda por serviços públicos de infraestrutura, itens que não foram objetos de análise neste artigo.

Desta forma, ressaltamos que este escrito é um resultado parcial de uma pesquisa que busca não apenas aprofundar a discussão, mas que visa, também, deseja estabelecer diálogos para que novos olhares se direcionem para o tema em tela.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Educação, crescimento e Distribuição de Renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica. In. BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. **Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro / organizadores, Fernando Veloso...**[et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 51 – 72.

Cabrito, Gil Belmiro. (2002). **Financiamento do ensino superior condições sociais e despesas dos estudantes universitários em Portugal**. Lisboa: Educa.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2009.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 25 nov. 2012

INEP. **Resumo Técnico. Censo da Educação Superior 2009.** Brasília. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf> Acesso em: 15 nov. 2012.

INEP. **Resumo Técnico. Censo da Educação Superior 2010.** Brasília. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf> Acesso em: 15 nov. 2012.

LANGONI, Carlos Geraldo. **As causas do crescimento econômico do Brasil.** Editora: APEC, 1974.

MELO, R.O.L. **A geração de emprego em Sergipe na primeira década do novo século.** Disponível em: <<http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com.br/2011/05/geracao-de-emprego-em-sergipe-na.html>> Acesso em: 25 nov. 2012

NERI, Marcelo Cortês. **Desigualdade de renda na década:** FGV/CPS, 2011. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3.pdf> Acesso em: 25 nov. 2012.

NUNES, Edson de Oliveira. **Educação Superior no Brasil:** estudos, debates, controvérsias. Rio de Janeiro. Garamond, 2012.

MAGALHÃES, Antonio M. **A identidade do Ensino Superior:** política, conhecimento e educação numa época de transição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SCHULTZ, Theodore. O **Capital humano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, T. W. **Investment in Human Capital.** American Economic Review, n 51, 1961. p. 25- 43.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação – PNE** – Brasília: Senado Federal, 2001.

Notas:

- 1 Mestre em Química – Ufba. Superintendente de Relações Institucionais e Mercado do Grupo Tiradentes. E-mail: Ihanmarck@grupotiradentes.com
 - 1 No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, estudiosos como Schultz, Becker e Mincer formularam a Teoria do Capital Humano. Para esses autores, a educação, do ponto de vista individual, deveria ser tratada como uma decisão de investimento. O indivíduo incorre em custos e auferem como benefício à elevação da renda propiciada pela maior escolaridade. Além disso, o ganho de renda individual experimentado pelo trabalhador em função de maior escolaridade representava a elevação de produtividade do trabalhador no local de trabalho (BARBOSA; PESSOA, 2009 p. 52).
 - 2 Taxa de escolarização bruta consiste em um indicador que permite comparar o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária teoricamente adequada a esse nível. O indicador taxa de escolarização líquida, por sua vez, identifica o percentual da população matriculada em determinado nível de ensino na faixa etária teoricamente adequada em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino (Brasil, INEP, 2010).
-
- Recebido em: 17 de junho de 2013
Avaliado em: 30 de junho de 2013
Aceito em: 15 de julho de 2013